

O perfil “racial” dos antigos egípcios e o DNA recém-sequenciado

The “racial” profile of the Ancient Egyptians and the recently sequenced DNA

Gustavo H. Sartin

Scheila Rotondaro Koch³⁷

Artigo recebido em 29 de julho de 2025

Artigo aceito em 12 de junho de 2025

Resumo: No presente artigo, discutimos o recente sequenciamento completo do genoma de um homem egípcio que viveu ou no período pré-dinástico tardio ou no início do Antigo Império. Esse sequenciamento lança luz ao antigo debate acerca do perfil racial dos antigos egípcios, o qual nos também discutimos.

Palavras-chave: Africanidade. Egiptologia. Egito. Epistemologia. Teoria Racial.

Abstract: In this article, we discuss the recent complete sequencing of the genome of an Egyptian man that lived either in the late Pre-Dynastic period or in the early Old Kingdom period. This sequencing sheds light on the old debate about the racial profile of the Ancient Egyptians, which we also discuss.

Keywords: African identity. Egyptology. Egypt. Epistemology. Racial Theory.

No presente artigo, historicizaremos a questão do perfil “racial” dos antigos egípcios, discutindo também os critérios para a sua não-cientificidade e então apresentaremos a nova evidência genética acerca dos antigos egípcios.

1. A questão política

O debate sobre as origens dos antigos egípcios mistura-se às disputas políticas do presente, incluindo a tentativa de desmonte de uma historiografia que, por séculos,

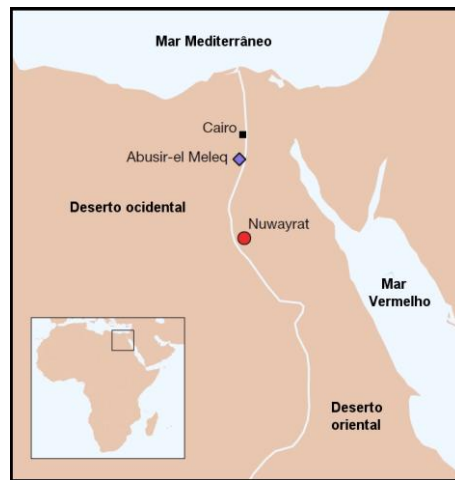
³⁷Gustavo H. Sartin é bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e doutorando em Arqueologia na Universidade de São Paulo: <<https://orcid.org/0000-0002-6640-3676>>. Scheila Rotondaro Koch é bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestra em Arqueologia pela Universidade de São Paulo: <<https://orcid.org/0000-0001-7185-0078>>. Esta pesquisa contou com o apoio da CAPES.

prestou-se ao projeto colonial das grandes potências imperialistas, um projeto que visava assegurar o controle de territórios distantes e incluía “aspectos práticos, teóricos e de atitude” (Ashcroft, Griffiths, Tiffin, 2008, p. 40). Emergiu, nas últimas décadas, uma perspectiva pós-colonial que pôs em xeque o eurocentrismo que até então orientava as pesquisas acadêmicas e valorizou a especificidade dos passados locais. Essa perspectiva, que também poderíamos chamar de “decolonial”, ganhou importância nas ciências humanas em geral, especialmente em disciplinas como História e Arqueologia, que lidam diretamente com o passado e com a memória social.

É evidente que a perspectiva decolonial carrega consigo não só legitimidade como racionalidade. Ela se opõe, afinal, a uma narrativa sobre o passado que, sendo produzida sobretudo para fins políticos, falseava o seu objeto, produzindo um conhecimento científico enviesado. Por outro lado, é preciso ressaltar que, hoje em dia, ter as preocupações políticas do presente como guias deliberados para as pesquisas sobre o passado pode implicar em que se cometa o mesmo tipo de erro, ainda que por outro viés: há o risco de se produzir narrativas enviesadas em conformidade com o novo paradigma político-teórico. Alguns achados, porém, têm força para escapar de qualquer censura, fazendo-se ouvir. Um deles deu-se recentemente, quando do sequenciamento completo do DNA de um indivíduo que viveu no início da história egípcia.

2. A questão da cientificidade

A dificuldade para se conciliar as ciências e a política surgem porque aquelas operam a partir da lógica da indução: parte-se de afirmações específicas baseadas em observações para as afirmações gerais ou universais que caracterizam as hipóteses e as teorias. Como a lógica da indução, a passagem do particular ao geral, em si mesma não é filosoficamente sólida, um questionamento sobre quais seriam as condições que poderiam lhe dar mais solidez acaba sendo produzido. Dito de outro modo, embora essa dificuldade na passagem das afirmações específicas para as gerais não possa ser superada em abstrato, existem estratégias úteis para os casos concretos que se colocam diante dos pesquisadores. Uma delas é a testagem das afirmações em questão, eliminando-se a mera subjetividade: a afirmação pode ser justificada? Se sim, como? Ela depende logicamente de outras afirmações? Se sim, quais? Elas se



autocontradizem? Essas outras afirmações das quais ela depende podem ser justificadas? Se sim, como? Por último, o discurso como um todo poderia ser contradito por algum tipo de evidência em contrário? É necessário que sim ou a teoria em questão não poderia ser dita “científica” (POPPER, 2002 [1935], pp. 3-8). Estamos diante, portanto, de um sistema de verificação rigoroso cujas exigências nem sempre podem ser atendidas, mesmo que o pesquisador busque atendê-las. Se, todavia, o pesquisador tiver preocupações outras que não a substanciação científica sua teoria, é pouco provável que ele atenda essas exigências por acidente. Esse é justamente o problema da ciência produzida a partir de motivações políticas ou ideológicas, que tende a se transformar em pseudociência.

3. O novo achado

Apresentemos, agora, o novo achado em questão. Trata-se do cadáver de um homem adulto que esteve vivo em algum momento entre os anos 2855 e 2570 antes da Era Comum, poucos séculos após a unificação do Egito (ocorrida por volta de 3150 antes da Era Comum), entre fins do período Pré-Dinástico e o início do Antigo Império. O seu corpo foi posto em um vaso de cerâmica deixado em uma tumba escavada na rocha em Nuwayrat, aproximadamente 265 quilômetros ao sul do Cairo (imagens 1 e 2). Embora o nosso conhecimento bioarqueológico sobre os antigos egípcios haja aumentado nas últimas décadas, através de, por exemplo, estudos da morfologia dental, a falta de um genoma antigo representava uma grande barreira à nossa compreensão das dinâmicas populacionais em operação no Egito Antigo, especialmente nos períodos mais iniciais. Com o recente sequenciamento, tal lacuna começou a ser preenchida (Jacobs et al, 2025, p. 1).

Imagem 1 (acima): Localização do achado cujo DNA completo foi analisado (adaptado de Jacobs et al., 2025, p. 2).



Imagem 2 (acima): urna funerária onde foi encontrado o homem cujo DNA completo foi analisado (Fonte: Jacobs et al., 2025, p. 2).

4. Teoria Racial e o antigo Egito

Além da sua inegável importância histórica, o antigo Egito se presta especialmente às disputas políticas porque, por um lado, situa-se na fronteira da África com a Ásia e, por outro, estava relativamente apartado da África central pelo deserto do Saara. No contexto de produção do discurso racial, a partir sobretudo dos séculos XVIII e XIX, foi inicialmente produzida a imagem de um Egito não-negro, racialmente apartado da África subsaariana. Nessa época, os viajantes europeus punham-se em posição de autoridade ao descrever e analisar os seus achados. Os discursos produzidos nesse contexto serviam para legitimar a própria posição dos viajantes/investigadores em terra estrangeira. Dito de outro modo, eles legitimavam a própria lógica imperialista que possibilitava saques e destruições (Sagredo, 2017, pp. 40-43).

Apesar de o discurso racial já estar implantado quando do início da Egiptologia moderna, nem todos os estudiosos se prestaram a “embranquecer” o Egito enfatizando a conexão asiática em detrimento da africana. Um desses rebeldes foi Constantin Volney (1757-1820), que notou os traços semelhantes entre o rosto da Esfinge e a população copta (grupo cristão atual que se pretende descendente direto dos antigos egípcios), afirmando se tratarem do mesmo grupo. “Raça”, contudo, sendo um conceito pré-científico, presta-se a todo tipo de observações superficiais e, enquanto alguns contemporâneos seus podiam observar os coptas e ver pessoas cujo fenótipo pouco diferia das pessoas do oriente médio, Volney afirmou categoricamente, que se

tratava de “africanos” (leia-se “negros”). Obviamente, se os construtores das pirâmides poderiam ser negros, isso suscitava um questionamento sobre o papel do negro escravizado na sociedade do próprio autor, que considerou brevemente essa questão, sem todavia desenvolvê-la (Sagredo, 2017, pp. 44-45).

Do outro lado do debate estavam aqueles que propunham uma origem asiática ao antigo Egito, amparados tanto pela craniometria em voga no início do século XIX quanto pela exegese bíblica. A ligação com a Bíblia deu-se através da narrativa da vida de Noé: o seu segundo filho, Cam, haveria dado origem aos povos africanos. No famoso episódio da embriaguez de Noé (Gênesis, 9:20-27), a linhagem de Cam haveria sido amaldiçoada pelo seu pai, o que explicaria a desgraça dos africanos.

Cabe notar que não há, nessa perícope bíblica, uma associação direta entre a linhagem de Cam e o continente africano. Essa conexão parece haver sido elaborada no início da Idade Média, talvez por rabinos judeus cujo pensamento acabou registrado no Talmude. O seu discurso difundiu-se pela Europa, mas nunca chegou a encontrar aceitação total. Não obstante, os defensores da Teoria Racial por vezes se apropriavam dessa conexão numa tentativa de fortalecer o seu argumento (SANDERS, 1969, pp. 524-526).



Imagem 3 (acima): Mapa tripartite do mundo produzido durante a Idade Média. Nele, vemos que os asiáticos seriam descendentes do filho de Noé Sem (por isso, “semitas”), os europeus de *Iafeth* (Jafé), enquanto os africanos descenderiam de *Cham* (Cam). Fonte: Livingstone (2008, p. 6).

Por “Teoria Racial”, aqui nos referimos aos postulados de que: (a) a população humana pode ser dividida em “raças”, linhagens que podem ser claramente diferenciadas por conta do seu fenótipo (aparência); (b) a cada uma dessas raças

corresponde um determinado nível de desenvolvimento cognitivo e moral; (c) O desenvolvimento social e econômico de uma sociedade depende do perfil racial do seu povo.

O primeiro postulado falha por seu essencialismo, pela crença de que seria possível, cientificamente, encontrar algo de “essencial” a um determinado grupo humano. Ademais, esse postulado carrega como pressuposto que a esse aspecto essencial corresponda um dado fenótipo ou aparência física, o que também é falso. Quanto ao segundo postulado, se não é possível definir as raças humanas cientificamente (e, apesar de séculos de tentativa, os pesquisadores nunca chegaram perto de qualquer consenso), como seria possível estabelecer uma correlação científica entre raças e inteligência? Ademais, não só a inteligência como o desenvolvimento moral não podem ser facilmente mensurados. Quanto ao terceiro postulado, ele ignora completamente a estrutura social como explicação para o desenvolvimento econômico, o que evidencia que a Teoria Racial antecedeu o surgimento da Sociologia e Economia modernas. Ademais, a Teoria Racial não passa no teste de “falseabilidade” de Karl Popper, pois observações inconvenientes podem simplesmente ser descartadas e outras mais convenientes enfatizadas, o que de fato acontecia: grandes feitos realizados por homens tidos como negros poderiam ser classificados como meras exceções, como o sucesso de Jesse Owens nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Como expusemos acima, para Karl Popper, uma teoria só é científica se for elaborada de tal modo que seja possível verificá-la e eventualmente demonstrar a sua falsidade (Popper, 2002 [1935], pp. 17-19). Dito de outro modo, a Teoria Racial não passa de pseudociência.

Num contexto de aceitação da Teoria Racial, como o existente até meados do século XX, a situação dos antigos egípcios produzia um embaraço: como africanos poderiam ser os construtores das pirâmides? Curiosamente, sendo descendentes diretos de Noé, os “camitas” (descendentes de Cam) não poderiam ser, simplesmente, “negros”, até porque os antigos egípcios eram geralmente vistos como os originadores da mais antiga civilização do Ocidente (Sanders, 1969, pp. 525). A racionalização dessa dificuldade veio com o reconhecimento da semelhança da língua falada pelos coptas e o árabe, de modo que os antigos egípcios puderam ser reclassificados como um subgrupo caucasiano de qualidade inferior e de pele mais escura que habitava o norte

da África. Essa solução imaginativa foi facilitada pelo fato de os escritores antigos não terem dado testemunho sobre a aparência dos egípcios. Houve quem chegasse a argumentar, como o viajante inglês William George Browne (1768-1813), que os antigos egípcios não apenas eram caucasianos como sabiam que poderiam ser confundidos com negros e, para evitar essa identificação falsa, haveriam deixado as múmias para dar testemunho da sua raça. Restava, ainda, a questão da pele escura dos coptas do presente, que foi criativamente explicada através da alegação de que eles seriam a mistura dos antigos egípcios, caucasianos, com os seus escravos negros. Dito de outro modo: a Teoria Racial, então em voga, exigia dos seus aderentes um esforço para nela encaixar quaisquer evidências encontradas.

Esse esforço intelectual produzia resultados diversos, a ponto de o antigo Egito, por vezes, ser transferido do Ocidente para o Oriente, recebendo com isso todas as suposições de óbvia inferioridade que acompanhava o discurso "orientalista" (Sagredo, 2017, pp. 37-39). Entre fins do século XVIII e início do XIX, estávamos, portanto, diante de uma ideologia eurocêntrica que se apresentava como teoria científica, a Teoria Racial, cujo papel era o de legitimar as políticas imperialistas das grandes potências. Num contexto assim, quaisquer evidências encontradas pelos pesquisadores podiam ser enfatizadas, relativizadas ou descartadas conforme as conveniências do momento e os interesses do próprio pesquisador. Cabe notar, também, que a nascente Antropologia Física se prestava a dar um suporte supostamente factual à Teoria Racial. Isso não é coincidência pois, de fato, as modernas ciências sociais surgiram no contexto do imperialismo europeu e estadunidense (Elias, Feagin, 2016, pp. 19-20).

O esforço explicativo através do emprego da Teoria Racial se estendia para muito além do questionamento acerca da raça dos antigos egípcios, abarcando o todo o passado humano, incluindo a narrativa bíblica como um todo. Dentro dessa lógica, a própria questão acerca da "raça" à qual pertencera o mitológico Adão acabava de alguma forma se colocando. A explicação mais fácil diante dela era de que Adão seria um caucasiano e que as outras raças haveriam surgido por degeneração devida ao pecado, como supostamente acontecera aos camitas, amaldiçoados na lenda de Noé (Livingstone, 2008, pp. 41-43).

Por conta da posição do antigo Egito na encruzilhada entre a África e a Ásia, um estudioso com uma visão não-enviesada esperaria encontrar lá tanto elementos

tipicamente africanos quanto asiáticos. É o que, de fato, se passa no caso da antiga língua egípcia, pertencente à família linguística hamito-semítica (ou “afro-asiática”). Essa língua compartilhava muito das características das línguas semitas, como o extinto Acadiano, o Árabe e o Hebraico, mas também mostrava afinidades com as línguas Beja, (do Sudão), Berbere (do noroeste da África) e Oromo (da Etiópia). Essa combinação de elementos permite que se classifique o Egípcio Antigo como um ramo particular dentro da árvore genealógica das línguas afro-asiáticas (Allen, 2013, pp. 1-3).

Se nos séculos XVIII e XIX, ocorria uma tentativa de se “encaixar” o antigo Egito nas metanarrativas de cunho imperialista elaboradas com o auxílio da Teoria Racial, ao longo do século XX, a situação até certo ponto se inverteu. Durante a luta pela independência das nações africanas, emergiu um sentimento de solidariedade entre os povos oprimidos do continente que, aos poucos, conduziu ao pan-africanismo, a tentativa de construção de uma identidade comum que passava pela elaboração de um discurso positivo acerca da identidade africana e afrodescendente baseada na noção de “raça”. Para tanto, surgiram organizações como a “*Union Intercoloniale*” (União Intercolonial), a “*Ligue Universelle pour la Défense de la Race Noire*” (Liga Universal para a Defesa da Raça Negra). Ambas anteciparam e tomaram parte num movimento cultural mais amplo, liderado por intelectuais marxistas francófonos, denominado “*Négritude*” (Negritude) (Adi, 2018, pp. 89-99).

Levou décadas, mas, aos poucos, o ambiente acadêmico europeu e estadunidense acolheu alguns desses intelectuais ligados às questões raciais e, especialmente a partir do início da pós-modernidade, na década de 1970, quando uma gama de mais variada de perspectivas e cosmovisões ganhou voz, eles puderam ser ouvidos. Isso criou a possibilidade para que intelectuais africanos e afrodescendentes integrados (ainda que às vezes apenas parcialmente) ao mundo acadêmico europeu e estadunidense propusessem uma revisão dos discursos sobre o seu continente de origem. Trata-se de um movimento que, obviamente, ia além da academia e buscava reelaborar os discursos identitários tanto no continente africano como, em menor medida, entre as populações afrodescendentes mundo afora.

No que diz respeito especificamente ao campo acadêmico, o movimento pan-africanista esforçou-se para incorporar o antigo Egito à história da África, de modo a

valorizar tanto o continente como a identidade comum que então se tentava construir. Esse esforço pode ser observado no primeiro capítulo do segundo volume da “Coleção História da África”, publicada pela UNESCO, escrito pelo senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986). Propondo uma análise da origem dos antigos egípcios, o autor recorre seguidamente à Antropologia Física, buscando enquadrar os vestígios egípcios no fenótipo da raça negra. Dentro da sua lógica, em se demonstrando que os antigos egípcios eram negros, estaria demonstrada também a sua africanidade (DIOP, 2010, pp. 3-6). Dito de outro modo, Diop apoderou-se do aparato conceitual da então já ultrapassada Teoria Racial e o utilizou de acordo com os seus próprios interesses políticos.

Mesmo que simpatizemos com a luta dos oprimidos, nos cabe dizer que um discurso acadêmico pautado por um esforço político tende a produzir resultados enviesados. Ademais, não é possível se fazer um bom uso, um uso justo, da Teoria Racial, pois, sendo baseada nas especulações politicamente convenientes de intelectuais europeus e estadunidenses durante a era do imperialismo, ela tem pouquíssimo lastro na realidade.

5. A importância do novo achado

Um passo para a superação da politicagem, tanto por parte daqueles que buscavam remover o antigo Egito da África como daqueles que ora se esforçam para lá mantê-lo, seria a descoberta de um tipo de evidência mais objetiva, menos vulnerável às distorções retóricas. Essa evidência poderia ser, por exemplo, o mapeamento do DNA da antiga população egípcia, mas, infelizmente, as condições de preservação dos cadáveres vinham inviabilizando esse procedimento até o caso de uma descoberta recente, um indivíduo cujo DNA completo pôde ser analisado.

O indivíduo estudado tinha cromossomos sexuais XY, ou seja, era geneticamente masculino e media provavelmente entre 157,4 e 160,5 centímetros. A se julgar pelo desgaste nas vértebras e articulações, ele haveria vivido entre 44 e 64 anos. Segundo os autores do estudo, vários indicadores músculo-esqueléticos revelam que o indivíduo passou por longos períodos de trabalho físico, sendo que os padrões de desgaste são compatíveis com a atividade de oleiro, especialmente com como ela retratada na iconografia egípcia. A análise do esmalte e do colágeno dentário revelou

que o indivíduo deve haver crescido em um clima quente e seco, compatível, portanto, com o vale do Nilo. Quanto ao material genético, os pesquisadores estimaram pouca presença de contaminantes (menos de 3%) tanto no DNA nuclear como no mitocondrial, o que tornou o indivíduo adequado para o sequenciamento genético (Jacobs et al., 2025, p. 2).

A comparação do genoma do homem de Nuwayrat com 3233 seres humanos do presente completamente sequenciados revelou que ele mais se aproximava geneticamente dos seres humanos atuais do norte da África e do oeste da Ásia. A análise genética revelou, também, que não havia sinais de consanguinidade recente no indivíduo estudado. O DNA do indivíduo também foi comparado com o de seres humanos mais antigos do que ele, do norte da África, sul da Europa e oeste da Ásia viventes durante os períodos Neolítico e Calcolítico. Como resultado, 77,6 % (com margem de erro de mais ou menos 3,8%) do material genético foi identificado com o de uma população neolítica do Marrocos (do sítio de Skhirat-Rouazi), datada entre 4780 e 4230 antes da Era Comum; enquanto o restante, 22,4% (com margem de erro de mais ou menos 3,8%), foi associado a uma população da Mesopotâmia neolítica vivente entre os anos 9000 e 8000 antes da Era Comum (Jacobs et al., 2025, pp. 4-6).

Esses resultados são compatíveis com o conhecido fluxo genético entre a população da cordilheira de Zagros (situada majoritariamente onde hoje é o Irã) e as áreas circundantes durante o Neolítico, que sugerem uma expansão demográfica da Mesopotâmia para a Anatólia (atual Turquia) e o Egito. Não foi possível, no caso do homem de Nuwayrat, estimar se o aporte genético mesopotâmico havia se dado pouco antes ou num período mais recuado, mas os autores enfatizaram que as evidências arqueológicas apontam para a adoção, no Egito, de uma cultura material mesopotâmica por volta do ano 6000 antes da Era Comum. Curiosamente, os pesquisadores postularam que o contato entre a Mesopotâmia e o Egito não se deu através do deserto do Sinai e sim pelo mar Vermelho, devido à ausência de material genético do Levante (o Oriente próximo) no indivíduo analisado (Jacobs et al., 2025, pp. 6-7).

Os pesquisadores destacaram, também, que o material genético do indivíduo em questão era incompatível com os seus contemporâneos da Etiópia e do sul e do leste da África.

Considerações finais

O homem de Nuwayrat estendeu o conhecimento genético dos antigos egípcios até os séculos iniciais da sua história. Ainda assim, a descoberta traz consigo alguns desafios. O primeiro deles tem a ver com a amostragem: no início do mapeamento da diversidade genética de uma população, os resultados podem variar grandemente a cada novo indivíduo analisado, mas tendem a se estabilizar à medida que a amostragem cresce (HAMILTON, 2009, pp. 4-5). Isso significa que, para estarmos seguros do perfil genético de uma dada população, seria necessário o estudo de algumas dezenas de indivíduos. Não obstante, o perfil genético do homem de Nuwayrat é compatível tanto com o que se conhece acerca do fluxo genético dessa macrorregião (nordeste da África e leste da Ásia) para o período em questão quanto com as evidências arqueológicas que apontam para migrações da Mesopotâmia para o Egito nos milênios anteriores. Dito isso, embora a evidência genética em si não se preste a controvérsias — o componente mesopotâmico perfaz cerca de $\frac{1}{4}$ do genoma do indivíduo em questão e o africano, $\frac{3}{4}$ —, **ela também está sujeita às agendas políticas. Assim, enquanto aqueles que buscam “remover” o antigo Egito da África podem enfatizar a importância desse $\frac{1}{4}$ de material genético mesopotâmico, aqueles que militam por um antigo Egito “africano” podem enfatizar os $\frac{3}{4}$. Dito de outro modo, ao menos enquanto não houver uma amostragem maior, o debate acadêmico tende a permanecer refém das agendas políticas.**

Referências:

ADI, Hakim. **Pan-Africanism: a History**. London: Bloomsbury Academic, 2018.

ALLEN, James P. **The Ancient Egyptian Language: An Historical Study**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos Antigos Egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África, II: África antiga**. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 1-36.

ELIAS, Sean; FEAGIN, Joe R. Racial **Theories in Social Science**. Oxford: Wiley-Blackwell 2016.

HAMILTON, Matthew B. **Population Genetics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

JACOBS, Adeline Morez; et al. Whole-genome ancestry of an Old Kingdom Egyptian. **Nature**, July, 2nd 2025. <<https://doi.org/10.1038/s41586-025-09195-5>>.

LIVINGSTONE, David. N. **Adam's Ancestors: Race, Religion and the Politics of Human Origins**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery**. London and New York: Routledge, 2002.

SAGREDO, Raísa. **Raça e Etnicidade: questões e debates em torno da (des)afrikanização do Egito Antigo**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SANDERS, Edith R. The Hamitic Hypothesis: its origin and function in time perspective. **Journal of African History**, vol. X, no. 4, 1969, pp. 521-532.

Cambridge: Cambridge University Press.